

O coordenador e o contínuo

JORNAL DE BRASÍLIA

TARCÍSIO HOLANDA

19 MAR 1995

Para muita gente no Congresso, a entrevista do vice-presidente Marco Maciel na Folha de São Paulo de sexta-feira, considerando desnecessária a criação do coordenador político, quando o Governo já tem três líderes no Congresso, equivale a uma verdadeira pá de cal nas esperanças do PSDB.

Os tucanos, que eram a sala-de-visitas do Governo Itamar, ficaram de fora do Ministério de Fernando Henrique Cardoso e foram marginalizados na distribuição de posições estratégicas dentro do Congresso. Os líderes do Governo são do PMDB (na Câmara) e do PFL (no Senado). O PSDB não conquistou nenhuma comissão importante na Câmara e no Senado.

Ganhar o cargo de coordenador político com "status" ministerial transformou-se no sonho do partido. O nome do ex-senador José Richa passou a ser unanimidade entre os tucanos. Só quem não falou entusiasmado sobre o coordenador foi o presidente Fernando Henrique Cardoso. Numa reação instintiva, o Presidente dedicou-se a cumprir intenso programa de contactos políticos.

A entrevista de Marco Maciel pareceu a muitos uma ducha de água fria nas esperanças dos tucanos. Político cauteloso, que se dedica, em tempo integral, a conquistar a confiança do Presidente da República, Marco Maciel não condenaria ao limbo a sugestão do coordenador se não estivesse convencido de que esta é a posição de Fer-

nando Henrique Cardoso.

No sistema presidencialista, o coordenador político do Governo é o Presidente da República. Durante o regime militar, os generais-presidentes costumavam entregar a coordenação política a um político. Naquele tempo a política era uma atividade secundária, mesmo porque o Congresso não tinha qualquer parcela de poder. Só nos governos Castelo Branco e Ernesto Geisel havia algum espaço para a política.

No primeiro caso, porque Castello era um liberal que lutou bravamente com os duros para preservar um território mínimo de democracia; no segundo, o general Ernesto Geisel, com sua inegável vocação de autocrata, decidiu dismantlar a ditadura com o seu projeto de distensão lenta, gradual e firme.

Com Castello, reinava absoluto no Congresso o senador Daniel Krieger, uma figura humana rica e muito querida. Com Geisel, tivemos o domínio da dupla formada pelo general Golbery do Couto e Silva e o saudoso senador Petrônio Portella, um político envolvente e sagaz.

Hoje, vivemos a plenitude democrática e o Congresso tem poder para exercer nos amplos espaços físicos criados durante a ditadura. Um coordenador político só teria êxito se pudesse rodar a maçaneta da porta presidencial quando lhe aprouvesse. Em outros termos, se não contar com o apoio do Presidente, não terá autoridade para

coordenador coisíssima nenhuma.

Com a restauração do poder civil, não se conheceu essa figura do coordenador. Sarney era, ele mesmo, quem coordenava a ação política de seu Governo, contando, frequentemente, com a ajuda informal de sua filha, Roseana. O estilo imperial de Collor dispensava qualquer coordenação. O Presidente deposto só apelou para Jorge Bornhausen quando seu governo já havia entrado no ocaso fatal.

Políticos experientes, como os senadores José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, acham que o Presidente tem gosto para fazer política, cabendo-lhe exercer a coordenação política de seu governo. Ele pode não ter prática, mas tem gosto, o que é essencial! A prática se conquista no quotidiano da política.

Se o PSDB, assim mesmo, resolver pressionar o Presidente para conseguir a posição, poderá contribuir para desmoralizar o seu futuro ocupante. Se o presidente Fernando Henrique Cardoso não simpatiza com a função é melhor não criá-la, sob pena de condenar ao infortúnio o seu futuro ocupante.

Como dizem os velhos políticos, se um contínuo do Palácio do Planalto passar a resolver todos os problemas, os políticos irão procurá-lo como enxame de moscas. Um coordenador que nada resolve, transforma-se em alvo do riso e do escárnio.

■ Tarcísio Holanda é repórter de política do Jornal de Brasília